

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015****UFMT****ANDES**

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

NOVOS ATAQUES, MESMA POLÍTICA: Fortalecer nossas mobilizações e seguir na luta!

Mais de 110 dias de greve das IFE's, o governo continua intransigente em negociar, e anunciou um novo pacote de cortes no orçamento público. São 16 medidas que visam sanar o déficit fiscal, somando cerca de R\$ 26 bilhões, cujo impacto decisivo recai sobre os programas sociais e o conjunto dos serviços públicos. Mais uma vez, o governo federal demonstra sua orientação política em aprofundar o ajuste fiscal, através de uma política estrutural de contrarreforma do Estado e de ataque aos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores.

O novo pacote é mais rigoroso do que o primeiro quadro de cortes no orçamento, intensificando a lógica da macropolítica estrutural do ajuste neoliberal e da contrarreforma da educação.

Destaca-se, num primeiro momento, uma mudança no período da proposta de reajuste abaixo da inflação do funcionalismo público (previsto para janeiro, foi deslocado para agosto), além da suspensão dos concursos públicos previstos para 2016. Tais medidas significam uma economia de R\$ 7 e 1,5 bilhões, respectivamente. Além disso, o governo quer eliminar o abono permanência, pago àqueles servidores que, mesmo cumprindo todos os critérios para aposentadoria, optam por permanecer no trabalho (impacto de R\$ 1,2 bilhão).

É evidente que a reação no campo dos trabalhadores foi imediata. O novo pacote desencadeou uma reação do Fórum dos SPF's que, no dia 15, reuniu-se, com a expressiva presença de 19 das 23 entidades participantes, para fortalecer a unidade política na luta contra os ataques do governo e tentar forçá-lo a retroceder em sua política. A avaliação do Fórum, por unanimidade, foi de repúdio e rejeição aos novos cortes anunciados, que aprofundam o desmonte dos serviços públicos.



Nesse sentido, o Fórum aponta um conjunto de medidas à crise fiscal que não retirem direitos, como a implementação de auditoria da dívida pública e uma reforma tributária progressiva através da taxaçaõ das grandes fortunas.

Encaminhamos a realizaçaõ de um dia nacional de paralisaçaõ em 23/09, com atividades combinadas de radicalizaçaõ nos estados e manifestaçaõ em Brasilia. É imprescindível fortalecer os atos nos estados nesse dia, em unidade com os SPF's, assim como construir caravanas a Brasilia nos dias 23 e 24, para cobrar negociaçaõ efetiva da nossa pauta geral e especifica de reivindicaçaões.

A crise tende a se aprofundar com o novo pacote de cortes, cujas implicações diretas nas IFE se dão pelas medidas de suspensão de concurso público até o fim de 2016, ainda mais agravada com a proposta de elimina-

çaõ do abono de permanência, que estimula o aumento do número de pedidos de aposentadoria, ampliando o déficit no quadro de docentes e STA nas IFE's.

Demonstrando nossa disposiçaõ em dialogar com o governo, protocolamos, no MEC e MPOG, no dia 18/09, documento construído a partir das deliberaçaões soberanas das nossas AG's, apresentando novos elementos centrais para a negociaçaõ da pauta da greve dos docentes. A expectativa é que o MEC e SRT/MPOG marquem reuniãõ o mais rápido possível, rompendo a intransigência na negociaçaõ. Diante desse quadro, é imprescindível que os docentes intensifiquem as mobilizaçaões e ações que forcem o governo a se reunir com o CNG e recuar em sua política de desmonte das IFE's e de ataque aos direitos dos trabalhadores. **Seguir firme, seguir na luta!**

Fonte: ANDES-SN. Com ediçaõ do CLG.

QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFES:

Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE	Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE
01	ADUFAC	Univ. Federal do Acre	25	ADUFMAT-ROO	Univ. Federal do Mato Grosso – Rondonópolis
02	ADUA	Univ. Federal do Amazonas	26	CAMPUS GOIÁS	Univ. Federal de Goiás
03	SINDUFAP	Univ. Federal do Amapá	27	ADCAJ	Univ. Federal de Goiás – Jataí
04	ADUFRA	Univ. Federal Rural da Amazônia	28	ADCAC	Univ. Federal de Goiás – Catalão
05	ADUFPA	Univ. Federal do Pará	29	ADUFDOURADOS	Univ. Federal da Grande Dourados
06	SINDUNIFESSPA	Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará	30	ADUFMS	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul
07	SINDUFOPA	Univ. Federal do Oeste do Pará	31	SESDIFMT	Instituto Federal do Mato Grosso
08	ADUNIR	Univ. Federal de Rondônia	32	ADLESTE	Univ. Federal do Mato Grosso do Sul – Três Lagoas
09	SESDUF-RR	Univ. Federal de Roraima	33	ADUFF	Univ. Federal Fluminense
10	SESDUFT	Univ. Federal de Tocantins	34	ADOM	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Mucuri
11	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí	35	ADUFLA	Univ. Federal de Lavras
12	ADUFERSA	Univ. Federal Rural do Semiárido	36	SINDFAFEID ou ADUFVJM	Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina
13	ADUFAL	Univ. Federal de Alagoas	37	CLG - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
14	ADUFS	Univ. Federal de Sergipe	38	CLG - UNILAB	Univ. da Integ. Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira
15	ADUFPB	Univ. Federal da Paraíba	39	APESJF	Universidade Federal de Ouro Preto
16	SINDUNIVASF	Univ. do Vale do São Francisco	40	APESJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
17	APUB	Univ. Federal da Bahia	41	APUFPR	Universidade Federal do Paraná
18	APUR	Univ. do Recôncavo da Bahia	42	ADUFPI	Universidade Federal do Piauí
19	ADUFOB	Univ. Federal do Oeste da Bahia	43	ADUFC	Universidade Federal do Ceará
20	APRUMA	Univ. Federal do Maranhão	44	ADUFC	Universidade Federal do Cariri
21	ADUFCG	Univ. Federal de Campina Grande	45	ADUFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
22	ADUFCG-PATOS	Univ. Federal de Campina Grande – Patos	46	CLG UFVJM – Unai	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Unai
23	ADUC	Univ. Federal de Campina Grande – Cajazeiras	47	SINDIFPB	Instituto Federal da Paraíba
24	ADUFMAT	Univ. Federal do Mato Grosso			

PROFESSORES DA UFMT AVALIAM QUE NÃO É HORA DE RECUAR E PEDEM RADICALIZAÇÃO

Os docentes da UFMT, em assembleia geral realizada na quinta-feira, 17/09, aprovaram material encaminhado pelo Comando Nacional de Greve (ANDES-SN) no Comunicado 40, uma nova contraproposta do próprio movimento para tentar avançar nas negociações. Em quase 5 horas de profundo debate, as intervenções demonstraram interesse em radicalizar a greve para forçar o recuo do governo.

A assembleia foi uma verdadeira aula, com diversas análises sobre a conjuntura política, o papel do sindicato e a necessidade de se organizar para defender a universidade pública e de qualidade, uma conquista histórica dos trabalhadores.

Depois de apresentar números que comprovam a escolha do governo em preservar as relações com setores econômicos mais fortes e de reproduzir vídeo com as declarações do último dia 14, onde o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, reitera a posição de que a crise deve recair sob os trabalhadores, as avaliações pela radicalização da luta foram unânimes. Divergiu-se, apenas, do método.

A proposta derrotada, apresentada como alternativa por um grupo de professores, estudantes e representantes da administração superior, propunha um “acordo de paz” com o governo: a retirada da greve, mediante assinatura de uma agenda de compromissos. Essa proposta obteve 13 votos.

Luana Soutos

Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind



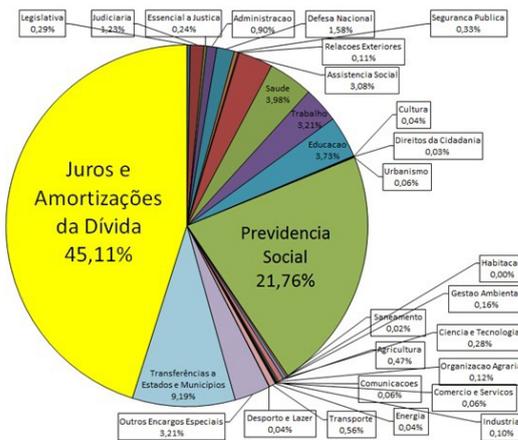
AJUSTE FISCAL: CORTES PARA QUEM? NÃO HÁ OUTRAS SAÍDAS?

A cada momento, a mídia nos “bombardeia” sobre a crise econômica e seus “remédios amargos”: **cortes nas áreas sociais**; apelos para que suportemos o **desemprego**... Por isso, pede nosso sacrifício e concordância com o arrocho salarial, nossa aceitação à privatização, tolerância com aposentadorias indignas, resignação com a precarização dos serviços públicos, dos direitos sociais e trabalhistas.

Embora a “crise” seja apresentada como única para toda a sociedade, **os remédios são dirigidos apenas aos trabalhadores** que sobrevivem da venda da sua força de trabalho. Aos que vivem de exploração econômica e financeira do trabalho produzido pelo conjunto da sociedade fica a maior parte do bolo. Logo, **aos banqueiros, empresários de empreiteiras e do agronegócio, industriais, comerciantes e grandes corporações, incluindo grupos da mídia, assim como à maioria dos políticos, a “crise” é oportunidade de mercado e lucro.**

O grande capital – ao invés de sofrer “cortes orçamentários” – tem garantido **mais de 40% do orçamento ao pagamento da dívida pública.**

Será que o pagamento de juros a um pequeno grupo de capitalistas é mais importante do que a garantia de direitos sociais à saúde, à segurança e à educação públicas de qualidade? À aposentadoria digna? A políticas universais?

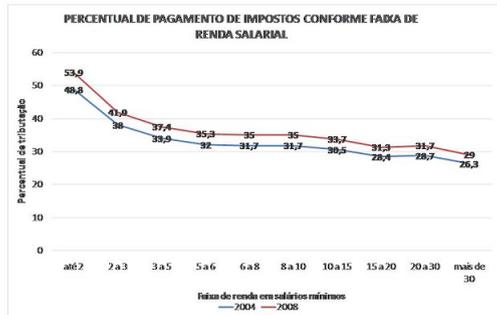


Por que o “corte orçamentário” não atinge os bilhões que o Estado concede ao grande capital, por meio de renúncia e isenção fiscais? Por que não é substituído por uma política tributária justa, que recaia sobre o grande capital, ao invés de se concentrar sobre o consumo (onde aqueles que ganham menos, proporcionalmente, pagam mais)?

Por que os lucros do capital não são devidamente taxados e alguns sequer são tributados?

Por que o Estado afirma que precisa cortar recursos para a educação pública (quase 12 bilhões), mas não economiza para a educação

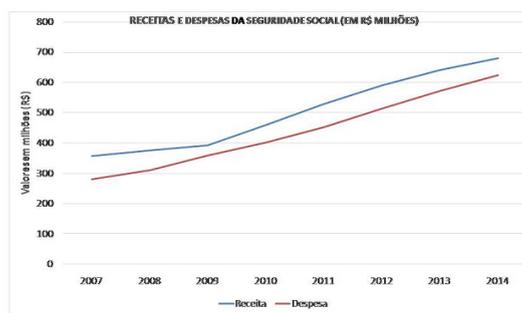
privada? Só ao FIES, o governo liberou mais de R\$ 13 bilhões esse ano. Por que o governo e seus parceiros de interesse alegam que precisam “cortar na própria carne”, mas a parte do corpo social que sangra é a que vive do trabalho, da aposentadoria, das bolsas? Onde está a contribuição do grande capital?



Fontes: Carga Tributária por faixas de renda, 2004: Zuckun et alii (2007); Carga Tributária Bruta 2004-2008: CIP/DIMAC/PEA; Carga Tributária por faixas de renda, 2008 e Dias Destinados ao pagamento de Tributos IIR.

Enquanto a Política de Proteção ao Emprego (PPE) defende a redução de 15% nos salários, qual foi o percentual de redução que parlamentares e magistrados ofereceram nos seus salários, benefícios e outras verbas de que usufruem?

Se o momento é de crise e cortes, por que são generosos com o agronegócio, assegurando mais de R\$ 160 bilhões em 2015? Detalhe: conforme estudos oficiais, como os do IBGE, são os pequenos produtores que garantem emprego e produção agrícola no país. Se não há dinheiro para a aposentadoria, por que a Previdência é superavitária, e seus fundos servem para pagar a dívida?



Fonte: SIAFI – extração Siga Brasil, para os dados do RGPS, o fluxo de caixa do MPS
Nota: Com os valores do PIB divulgados pelo IBGE em 2015
Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

Por que a Desvinculação das Receitas da União (DRU), criada por FHC/PSDB, não foi revogada pelo PT?

Porque servem ao capital. Pela DRU, descumpram determinações constitucionais para investimentos na educação e na saúde, criando um recurso “legal” para justificar a falta de investimentos nas áreas de responsabilidade social do Estado; **afinal, interessa ao governo e seus**

parceiros criarem condições de mercado ao lucro das empresas privadas.

Como fazem isso?

Destruindo empresas públicas, impedindo o seu funcionamento, promovendo o caos pela falta de recursos e péssimo atendimento à população. Para isso, os governantes não economizam esforços.

Alguém se lembra de como a privatização da telefonia foi apresentada?

Como o salto à qualidade e eficiência na prestação do serviço. Hoje, o setor bate recordes de reclamação.

Há punições a esses desmandos?

Não, pois agências como a ANATEL atuam mais como defensoras das empresas do que como órgãos de proteção ao interesse público.

E os serviços essenciais, como água e energia?

Além de pagarmos para que os lucros não sejam comprometidos a essas empresas (!!!), ainda corremos o risco de ter os serviços cortados, segundo a lógica do mercado e do lucro, e não da necessidade pública.

E no caso da saúde, da previdência e da educação?

Para abrir mercado às empresas privadas (nacionais e internacionais), a educação, a saúde e a previdência foram tão sucateadas que a sociedade passou a defender a privatização. Assim, sob a justificativa da corrupção, ineficiência e incompetência públicas, os interesses do lucro privado foram sendo atendidos.

Exemplos:

A “expansão da **universidade pública**” – sustentada pelo discurso da “universidade para todos” – foi sendo realizada sem qualidade e sem recursos suficientes.

O **SUS** foi sendo aniquilado, garantindo espaço à expansão dos planos privados. A Previdência foi sendo destruída, forçando os trabalhadores a “comprar” a previdência complementar privada.

Mas há outras saídas para a crise. O que não podemos é aceitar, outra vez, que apenas os trabalhadores paguem pela “crise”, mantendo os interesses do grande capital, do qual o governo e a maioria dos políticos são ativistas servís e dedicados.

Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind

SERVIDORES EM GREVE FECHAM BR 364 EM MATO GROSSO



Cansados de esperar por alguma sinalização positiva do governo, servidores federais em greve da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e estudantes da UFMT decidiram fechar a BR 364 no dia 15/09, causando enorme congestionamento no Km 329.

Os servidores estão tentando abrir diálogo com o governo há meses, mas tudo o que recebem são desculpas, justificadas por uma crise econômica que só reduz os direitos dos trabalhadores: cortes na educação, previdência, saúde, segurança. Para eles, há alternativas para superar o momento sem que os trabalhadores, dos serviços públicos ou privados, tenham de pagar tão caro.

Para dizer isso à sociedade, os servidores distribuíram na BR 364 um material recheado de números que contrapõem o discurso do governo.

Com base nos números dos gráficos abaixo, eles questionam o gasto de mais de 45% da receita pública com o pagamento de juros e amortização da dívida pública; questionam por que o governo insiste em afirmar que a previdência é deficitária, se há anos ela é superavitária (em 2014, o superávit foi de R\$ 56 bilhões); questionam por que o governo tributa pouco ou não tributa grandes fortunas, enquanto o trabalhador com renda de até 2 salários mínimos pagou, em 2008,

mais de 50% de seu salário em impostos (enquanto uma pessoa com renda acima de 30 salários pagou, no mesmo ano, o equivalente a 29% da sua receita).

Enquanto isso, os serviços públicos, cada vez mais precarizados, justamente pelos cortes de recursos, pulam nas mãos de grupos privados como Kroton (educação superior, que lucrou mais de R\$ 500 milhões no segundo semestre de 2015 – em plena crise) e bancos que já são responsáveis por 20% da aposentadoria dos servidores mais recentes (Funpresp).

Depois do anúncio dessa segunda-feira, de que o governo pretende congelar os salários até agosto de 2016, além de suspender novos concursos (entre outras medidas apelidadas de “pacotão da maldade”), os servidores demonstraram que estão ainda mais dispostos ao embate. Já falam sobre a possibilidade de um novo ato na sexta-feira, 18/09.

Na quinta-feira (17), a partir das 13h30, os professores da UFMT, debatem, em assembleia geral, a possibilidade de apresentar outra proposta ao governo, diante de sua intransigência e agressividade com o setor.

Luana Soutos

Assessoria de Imprensa do Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind



22/09 às 9h – Debate Contrarreforma Universitária (Marina Barbosa – UFJF)

23/09 – Dia Nacional de Paralisação dos Servidores Públicos Federais (ações em Brasília e nos estados)

24/09 – Ato dos docentes federais e estudantes em Brasília